

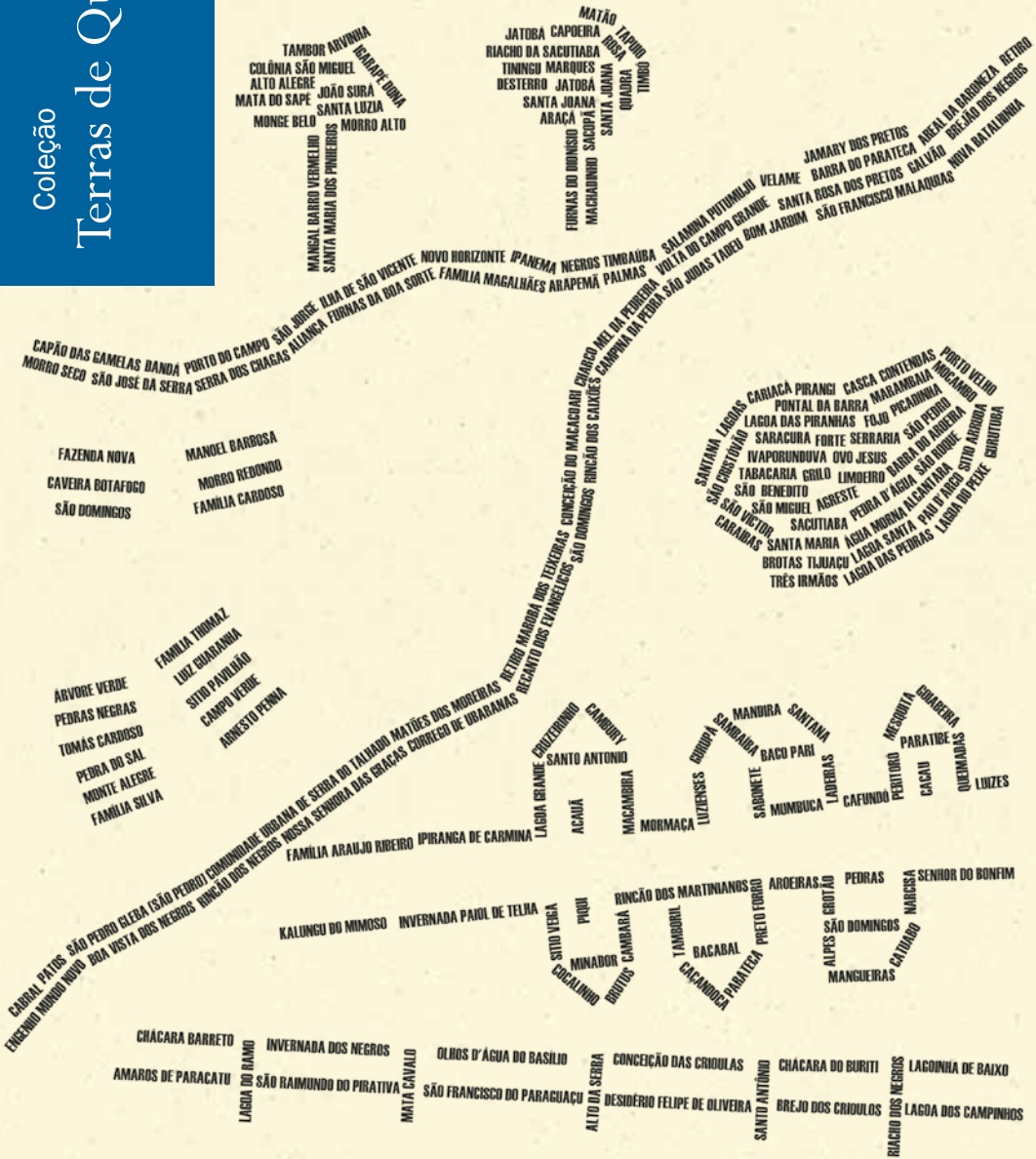


Santa Catarina

Coleção

Terras de Quilombos

Comunidade Quilombola São Roque



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

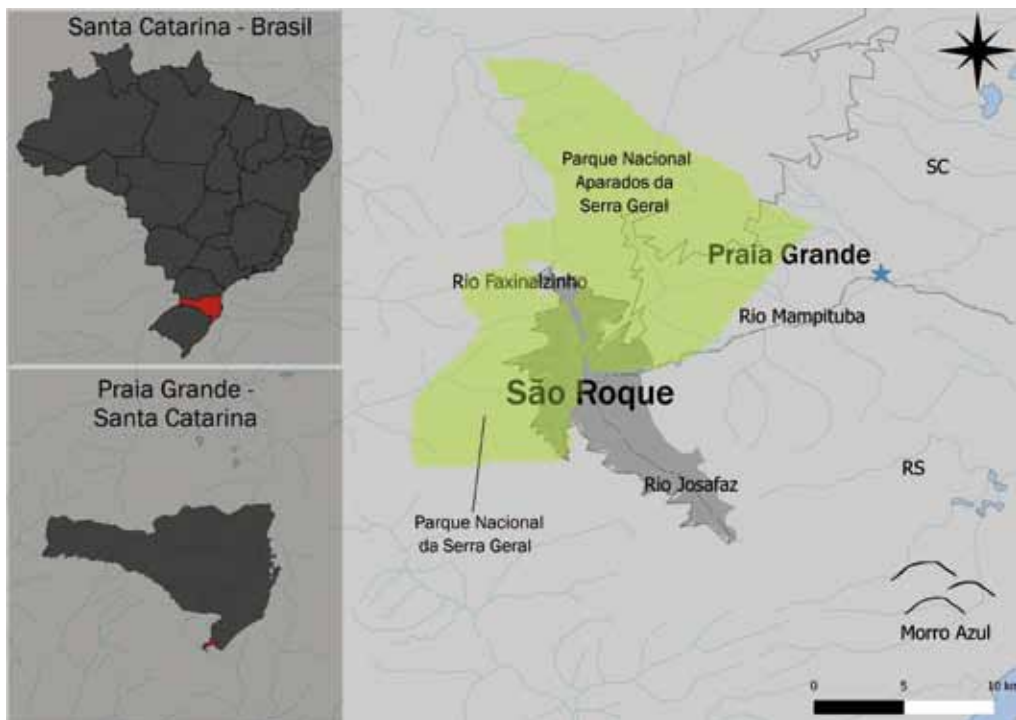
O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola São Roque

O Quilombo de São Roque, também chamado de Pedra Branca, está localizado na região fronteira entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos municípios de Praia Grande (SC) e Mampituba (RS). Surgiu no início do século dezenove, com a fuga de escravizados que viviam em fazendas nos campos de Cima da Serra e regiões vizinhas. O território quilombola da comunidade de São Roque tem 7.327,69 hectares, dos quais 2.668,82 hectares estão sobrepostos com dois Parques Nacionais, o Parque Nacional dos Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral. A área de sobreposição situa-se integralmente no Estado de Santa Catarina.



Fundada em maio de 2004, como fruto da resistência à ameaça da atuação autoritária de órgãos ambientais, a Associação Remanescentes de Quilombo de São Roque reúne os *filhos da Pedra Branca*, cerca de 60 famílias relacionadas a partir da ancestralidade negra, do parentesco e das relações de trabalho, compadrio e vizinhança. Das 60 famílias, todas de *filhos da Pedra Branca*, cerca de 30 famílias não puderam se manter no território por diversos motivos. Porém, estão presentes nas lutas por direitos territoriais e planejam seu retorno para assim que houver terras disponíveis.

O Quilombo São Roque - que adotou este nome em função da igreja que homenageia o santo, construída pela comunidade - se destaca pelo fato de resultar da reunião de escravizados fugidos, que não eram empregados nos trabalhos de grandes plantações de cana-de-açúcar ou de café, ou ainda nos trabalhos em torno da mineração, como é mais comum nas regiões centrais e nordeste do país, mas que trabalhavam com a criação de gado e se moviam, durante uma parte do ano, para plantar no litoral. O território do quilombo foi sendo criado por escravizados fugidos de diferentes fazendas que, seguindo o curso dos rios e córregos, ocupavam as grotas. Sua relação íntima com o ambiente, articulada com a tradição de um cultivo amoroso da terra, foi afrontada por uma política do Instituto do Meio Ambiente (IBAMA), um século depois da formação da comunidade quilombola. O conflito fez da luta do Quilombo de São Roque um caso exemplar para chamar a atenção sobre a necessidade de se combinar a política de Estado para a preservação da natureza com o reconhecimento e o respeito das comunidades tradicionais habitantes.

Origens do quilombo: rede de territórios de fuga

A mão de obra escravizada foi usada em grande escala, desde o século 18, nas extensas áreas da região da serra nordeste da província de São Pedro do Rio Grande (atual Rio Grande do Sul), principalmente

para a criação de gado. Em 1872, a população escravizada em São Francisco de Paula de Cima da Serra, ou apenas *Cima da Serra*, era de aproximadamente 20% da população total, número comparativamente maior do que a proporção recorrente no restante da província.

Na região serrana da província de São Pedro do Rio Grande, as relações em torno da escravidão assumiram uma particularidade: o deslocamento autorizado dos escravizados da região serrana para a região litorânea, para o cultivo de lavouras nas terras do lugar conhecido como Roça da Estância (atual Mãe dos Homens), durante um período do ano, e depois seu retorno com produtos das colheitas. Diferente do que era mais comum em regiões de grandes plantações de cana-de-açúcar ou de café, os escravizados da economia serrana tinham variadas funções, pois, além da lida com o gado e das atividades agrícolas, trabalhavam como capatazes, faziam negócios e os chamados *arranjos de vida*. Para isso, uma negociação especial entre senhores e escravizados se tornou fundamental, nesse contexto onde não era possível uma vigilância constante dos trabalhadores. A resistência dos escravizados, aliada às particularidades desse sistema de negociações e os limites do poder policial, criava condições pra várias fugas de escravizados na região de São Francisco.

O livre deslocamento dos escravizados entre a região onde havia a produção pecuária (os campos de Cima da Serra) e onde havia a produção agrícola (a região litorânea), assim como a força de resistência através da fuga, possibilitou a formação de uma rede de territórios negros nessa região. O Quilombo São Roque, que têm sua origem com a reunião de escravizados fugidos - em grande parte das famílias Monteiro, Nunes e Fogaça -, faz parte desse processo. São Roque se constituiu como uma comunidade quilombola articulada em um sistema que interligava pontos onde se refugiavam escravizados.

Em um mapa produzido em 1877, para a medição de terras de uma fazenda da região, encontra-se demarcado o Campo dos Pretos e uma estrada que liga esse lugar ao Faxinal da Pedra Branca. Além do mapa, outras documentações, por exemplo, livros paroquiais, relatos policiais e processos jurídicos indicam a região como reconhecido



Recorte do mapa indicando estrada que ligava Campo dos Pretos ao Faxinal da Pedra Branca

local de fuga. Existem registros de escravizados fugidos que, quando capturados, afirmavam estar indo em direção a Cima da Serra, região próxima de onde está o Quilombo São Roque. A identificação da região como lugar de fuga era consenso, até mesmo as autoridades eram cientes desse fato.

A comunicação, a ajuda mútua, as trocas e o comércio entre territórios negros, formaram uma rede de relações na qual Pedra Branca (outro nome do Quilombo de São Roque) estava inserida. Desse modo, *os filhos da Pedra Branca reconhecem as suas origens no passado da escravidão e sabem dizer, com detalhes, quais de seus antepassados foram escravizados, onde moravam, como viviam e quais eram os seus senhores.* Quando se lembram do *tempo dos escravos*, um dos lugares a que se referem é o Campo dos Pretos, que existia antigamente na cabeceira do Rio Josafaz, que atravessa o quilombo. Muitas narrativas quilombolas articulam a referência ao *tempo dos escravos* com o presente da comunidade e as relações comunitárias em seu território.

Os antigos trabalhavam no sistema que nós trabalhamos hoje. Só que era mais difícil, não tinha estrada. Os senhores deles moravam em Tainhas [região de São Francisco de Paula].

Quando veio o tempo da alforria, os senhores disseram: agora é de vocês, eu não posso mais cuidar de vocês. Vocês vão para lá se virar. – quando eles foram libertos, ai eles foram trabalhar por conta. Os antigos trabalhavam só com roça. Às vezes trabalhavam por empreitada. Nunca trabalharam para o governo abrindo picadas. Plantavam feijão, batata, aipim, repolho, couve cebola. O meu milho é da semente antiga, o milho cunha – cateto branco. (Valdomiro, 64 anos)

Os filhos da Pedra Branca e seu território

Surgido como região de refúgio, o Quilombo São Roque foi se constituindo como território comunitário, na medida em que se formavam residências permanentes e aumentavam os casamentos entre membros da comunidade. Os *filhos da Pedra Branca* organizam as moradias seguindo a proximidade de parentesco. Os membros de uma mesma família, em geral, colocam sua casa e suas terras de cultivo próximas ou lado a lado.

A primeira organização do território quilombola foi feita considerando certo agrupamento em torno das fazendas de origem dos escravizados. Aqueles que vieram da Fazenda dos Nunes ficaram na região do Rio Gorgonho e Faxinalzinho. Os escravizados que vieram



Casa de um morador, próximo ao rio Josafaz

da Fazenda dos Monteiro ficaram na região do Rio Josafaz e os escravizados que vieram da Fazenda dos Fogaça permaneceram na região do Rio Mampituba. Em geral, esse modo de organização permanece seguido pelos descendentes dos escravizados. Além disso, existem três cemitérios em São Roque, cada um próximo a um dos rios: Josafaz, Mampituba e Faxinalzinho.

Essa divisão, seguindo os córregos e rios, foi combinada com outra forma que segue o chamado *sistema das grotas*. *As grotas são vales formados entre as escarpas da Serra Geral com a presença de curso d'água e terras para plantio. Cada família reside e planta em uma mesma grota ou em grotas vizinhas. As plantações são feitas nas encostas, nas áreas planas existentes no interior das grotas e também na várzea dos rios.* Sua produção não é usada para comercialização, mas para o consumo familiar. Cada grota é designada pelo nome do morador ou por uma característica específica que se destaca. A fala do Senhor Valdomiro Oliveira de 64 anos mostra a importância desse sistema para os *filhos da Pedra Branca*:

Ninguém demarcava terra, era tudo terra em comum. A divisão era de grota em grota. Todos moravam naquelas beiras de sanga e cultivavam. Bem dizer, a divisa era os bicos dos morros. Toda nossa região só tem, no máximo, dez por cento de terra para agricultura. O pessoal desceu e se acomodou nas grotas, cada um com a sua área. As grotas têm nome. Cada família se acomodava em uma grota. Nunca teve discussão por causa das grotas. Discussão houve quando veio gente de fora.

O *sistema das grotas* organizou o território de São Roque, marcando certa continuidade entre passado e presente, entre o ambiente natural, a comunidade formada e as relações entre as famílias. Além desse *sistema das grotas*, as famílias se organizam pelas *turmas do Josafaz e do Faxinalzinho*, grupos de trabalho divididos de acordo com as suas respectivas áreas de *roça*. Essa divisão está vinculada com o sistema da *troca dia de serviço* e ordena o modo como essas trocas poderão ser feitas. As solidariedades referentes ao trabalho se desenvolvem dentro de cada uma dessas *turmas*, separadamente.



As relações vividas pelos membros da comunidade São Roque entrelaçam pessoas e histórias, e articulam noções específicas de território e vida social: os casamentos entre os *de dentro* predomina em relação ao casamento com pessoas *de fora*, definindo os *filhos da Pedra Branca*, em seus termos, como uma *parentada* que costuma organizar suas moradias pela proximidade de parentesco.

De modo geral, os *filhos da Pedra Branca* são católicos. Antes da construção de sua igreja, os cultos e batismos eram realizados nas casas ou em áreas livres. **Em meados da década de 1940, foi construída a Igreja da Pedra Branca, na região central da comunidade, entre os Rios Josafaz, Mampituba, São Gorgonho e Faxinalzinho.** O Senhor Paulo Oliveira, 53 anos, conta sobre quando ela foi construída:

Tinha uma igreja de madeira ali na comunidade. Foi fundada em 1945. A turma se juntava e trazia madeira nas costas lá de cima da serra, de Tainhas. Meu pai era capelão, ele rezava o terço. **A construção da igreja proporcionou a centralização das festas e eventos comunitários, inclusive renomeando a comunidade. O nome São Roque surgiu com a construção da igreja, e a festa de São Roque se tornou uma referência para os filhos da Pedra Branca, e também para as localidades do entorno do quilombo.**



A chegada dos *de fora* e o conflito com os Parques Nacionais

A partir da década de 1970, com a abertura da estrada da Serra do Faxinal, que possibilitou o trânsito automotivo entre as cidades de Cima da Serra e Praia Grande, as terras e a mão-de-obra existentes na região da Pedra Branca (Quilombo São Roque) passaram a ser atrativos para fazendeiros de São Francisco de Paula e Cambará do Sul, chamados pelos quilombolas de os *de fora*. Em 1974, houve uma forte enchente que alterou caminhos, derrubou várias casas,

destruiu roças e mantimentos, o que obrigou várias famílias a deixar suas terras rumo a cidades como Caxias do Sul e Igrejinha. Uma das consequências dessa enchente, para além dos danos ambientais, foi de ordem econômica, o que permitiu a maior entrada dos *de fora* na comunidade. Nesse momento de aflição da comunidade, os fazendeiros de Cima da Serra adquiriram várias parcelas de terra em São Roque, e passou a ser muito comum que estes fazendeiros colocassem roças junto com os moradores locais, *plantando a meia*. A comunidade buscou manter seu modo de vida, porém, com a nova condição de redução das áreas de plantio, muitos passaram a ser assalariados.

Em 1959, foi criado o Parque Nacional dos Aparados da Serra. O decreto de criação do parque previa a compra de terras particulares ou a desapropriação judicial, para sua consolidação. Na década de 1970 e 1980, um segundo decreto alterou os limites do parque, que passou a abranger as áreas de mata atlântica do município de Praia Grande. Com isso, o parque passou a incidir sobre vasta área do território do Quilombo São Roque. Em 1980, iniciaram a etapa de regularização fundiária com uso de negociação direta: a aquisição das terras pelo governo federal não ocorreu pela desapropriação judicial, exigindo a aceitação por parte dos moradores da venda de suas terras.

Segundo os *filhos da Pedra Branca*, nesse momento, as negociações ocorreram entre o governo e os fazendeiros que não mantinham vínculos com a área, mas possuíam, segundo os quilombolas, meios para *medir e fazer os papéis* (documentos) da terra. Algumas das consequências desse processo foram a venda de uma mesma área por diferentes pessoas que sequer possuíam terras no local; a venda, pelos *de fora*, de áreas pertencentes aos *filhos da Pedra Branca*, que só tomaram conhecimento do fato anos mais tarde, quando foram submetidos a várias tentativas de expulsão por parte do poder público; e a venda por parte dos fazendeiros de áreas maiores do que as que realmente possuíam. Deste modo, a atuação do governo federal para a implementação dos parques nacionais contribuiu gravemente para diversas infrações e crimes interessados em vantagens nas negociações de terras.

Na década de 1990, foi criado o Parque Nacional da Serra Geral, ao lado do Parque de Aparados da Serra, sendo que uma de suas glebas incide diretamente no território do Quilombo São Roque.

Nesse processo de implementação dos parques, iniciado nos anos 1980, os quilombolas passaram a ser tratados como *criminosos e invasores dessas unidades de conservação*. Uma das estratégias utilizadas pelos órgãos ambientais foi a aplicação de multas, criminalizando atividades tradicionais do modo de vida do quilombo, usando serviços armados para a intimidação na entrega de intimações. Por isso o IBAMA é visto pelos *filhos da Pedra Branca* como um novo senhor escravocrata, que decide arbitrariamente e determina violentamente, o que pode ou não ser feito, usando, inclusive, de força policial para a imposição de restrições até nas áreas vizinhas aos parques. *O caráter racista e violento do tratamento na entrega das notificações e multas é destacado. A comunidade se refere a esses eventos com expressões em referência à escravidão, como chicotear ou laçar. Também é comum ouvir que eles se tornaram escravos do IBAMA.*

Eu disse pra ele: nem esse rancho velho, nem pra galinha, não presta, mas nós não saímos dali, não adianta levar fotografia desse rancho velho. Tá. Vendemos, e daí, a nossa liberdade aonde foi? Ficamos só com a fotografia desses perau que nós tínhamos... e, vamos ali pra fora e compramos um lotezinho, se socamos ali e terminar aqueles troquinhos. E aí, ficamos só com a poluição da praça [...] não adianta pegar a fotografia e olhar [...] e daí ficamos ali, parado, não podemos se mexer... aqui, andamos de noite, andamos de dia; na praça não podemos nos mexer. Na praça, se tiver dinheiro é perigoso e, se não tiver, é perigoso do mesmo jeito. E, aqui, nós nos cuidamos só de cobra. Deus cuida. Não adianta pegar a fotografia do perau, do nosso rancho. Mas, e a nossa liberdade, aonde foi. A liberdade aonde foi? (Senhor Nunes, descendente dos escravizados dos Nunes e residente na região do Rio Faxinalzinho)

As dificuldades enfrentadas pela redução de roças e hortas trouxeram más consequências para os *filhos da Pedra Branca*: suas terras,

antes abundantes, passaram a ser insuficientes, ficaram restritas às áreas entre as pastagens, as plantações dos fazendeiros e os parques, tornando necessária a venda da sua força de trabalho, como *peão*, para os fazendeiros da região. Além da necessidade de procurar trabalho fora da comunidade, tem sido preciso comprar alimentos que antes eram produzidos nas roças.

As proibições e interdições impostas, a partir dos anos de 1980 e 1990, pela criação do Parque Nacional Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral foram a proibição da colocação de novas roças, de uso de madeira para a reconstrução das casas, do uso das técnicas tradicionais de cultivo e fertilização do solo, e a consequente falta de garantia dos moradores para a permanência no local

Quilombo como lugar da liberdade

Antes mesmo da fundação da associação quilombola, a comunidade já tinha se mobilizado para reivindicar ao município a implementação de políticas públicas. Em outro momento, se organizaram em conjunto com comunidades vizinhas, e com a igreja católica, contra a construção de uma barragem que inundaria a região. No ano de 2003, iniciou-se o debate para a reivindicação do seu reconhecimento público como quilombo, pois os *filhos da Pedra Branca* tinham se tornado, segundo sua própria percepção, *escravos do IBAMA*. A criação da Associação Remanescente de Quilombos de São Roque facilitou a organização e mobilização da comunidade frente à atuação dos órgãos ambientais que impunham restrições depois da criação dos parques nacionais.

O IBAMA passou a ser responsável pela gestão das unidades de conservação em nível nacional, a partir de 1989. Em 2004, este órgão elaborou um plano de manejo para os parques que, apesar de mencionar a presença de São Roque, não propôs, de nenhuma maneira, a articulação da presença da comunidade com a necessidade de preservação dos parques nacionais. Mais tarde, a partir de 2007, a administração dos parques passou a ser feita pelo Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), instituição que tomou várias atitudes para inviabilizar a presença dos quilombolas de São Roque em seu território legitimamente reivindicado.

Para os quilombolas de São Roque seu território é o espaço de liberdade deixado como um legado dos antepassados, e que garante uma vida digna ao grupo, o que não se opõe a uma atitude preservacionista. Ao contrário:

Preservamos, quiseram comprar isso... o falecido pai,. Teve gente que veio aí, botavam a estrada se deixasse tirar toda a madeira. Ele disse não, mas vocês fazem uma casa boa. Se for pra destruir todo o mato, nós ficamos nesse rancho, estamos até hoje [...] Agora eu não estou desesperado por estar aqui nessa casinha. Tá comprada 'a brasilite', faz anos [...] Só está trancado pra fazer a casa na madeira que não dá para tirar. Nem a madeira morta que está aí, faz trinta, quarenta anos... madeira que arrancou, que não podia tirar, dava pra fazer a casa e sobrava... apodreceu, o Ibama não quer que tire" (Senhor Nunes)

Ser filho da Pedra Branca pressupõe não apenas ter nascido, morado no local ou ser parente, mas ter a comunidade e o espaço físico como lugar de pertencimento, isto é, trabalhar nas roças ou ser *sabedor* de como *colocar uma roça*, convidar o *compadre* para um trabalho fora, trabalhar juntos numa *empreitada*, participar da *troca dia* de trabalho, conhecer e respeitar o *sistema de grotas*, seu microclima, os recursos naturais, e preservar o *sentimento de liberdade*.

Esta narrativa foi escrita por Mariana Gonçalves Frizero, com base no Relatório Antropológico da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, elaborado em 2007 pelos antropólogos Ricardo Cid Fernandes (Coordenador); Cíndia Brustolin e pela historiadora Luana Teixeira. Todas as fotos são da equipe.

Com informações adicionais do texto: Desamparados nas Grotas do estado: os contrastes da sobreposição entre o território Quilombola de São Roque e os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral – Marcelo Barbosa Spaolonse, 2013.

Uma palavra da comunidade São Roque

A comunidade São Roque foi fundada, no ano de 1877, por nossos ancestrais escravizados que fugiam dos maus tratos e castigos dessa época. Os primeiros que chegaram aqui nestas terras foram os Nunes, os Folgaça e os Monteiros. Desceram pelas serras e encontravam nesta localidade o refúgio para a liberdade. Foi entre as grotas, divisão natural entre morros, que nossos ancestrais moraram e criaram a nossa comunidade. Até hoje vivemos cercados pela natureza. Cuidamos dela sem receber nada por isso, hoje eles a chamam de mata atlântica.

Estamos localizados em Praia Grande (SC), a cerca de vinte quilômetros da área central desse município, na divisa com Mampituba. Tradicionalmente, nós remanescentes de São Roque nos dedicamos principalmente ao plantio de culturas de subsistência, como cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca e criação de animais de pequeno porte. Nossos ancestrais nos repassaram também a cultura do trabalho coletivo que nós chamamos de “poxiru”.



Foto que representa a divisão de raças da época: lado esquerdo, os negros trabalhadores das fazendas do local; lado direito, agricultores brancos; ao centro, o Padre Vigário. Fonte: Comunidade dos remanescentes do quilombo São Roque.

Somos sessenta famílias, sendo que apenas trinta residem na localidade de Pedra Branca, infelizmente em situação de extrema precariedade. Possuímos educação escolar apenas para os anos iniciais do ensino fundamental e o único transporte é o escolar que é interrompido nas épocas de chuva. As demais famílias foram expulsas devido ao impasse de sobreposição de terras com o extinto IBAMA-SC, hoje Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBIO.

Em 1970, com a criação dos parques nacionais – Aparados da Serra e da Serra Geral – nos disseram que nós não éramos mais donos da nossa terra e ficamos aprisionados na nossa própria terra. Não consideraram nossa história. A sobreposição de áreas destinadas à preservação ambiental tem comprometido a produção econômica e social de nosso grupo, uma vez que foram impostas restrições severas à utilização da terra, redução das áreas anteriormente utilizadas de forma tradicional, séria deterioração das habitações e muitas geradas pelo uso da terra, como, por exemplo, mudas de aipim para subsistência.

Dessa forma, a nossa maior luta é por regulamentação do uso e manejo das áreas de sobreposição entre o nosso território quilombola e os parques nacionais. Isso é importante para termos o direito ao desenvolvimento através de políticas públicas específicas para comunidades tradicionais. Já o nosso maior sonho é retomar o território perdido por pressão do IBAMA e do agronegócio; para, enfim, vivermos com dignidade e superarmos o empobrecimento causado pela redução das áreas de cultivo.

Pra onde vamos se não temos formação para trabalhar como funcionário? [Cuidar da terra e plantar] é o que nós sabemos. É o que nós queremos. É segurar nossa cultura porque não podemos deixar a nossa cultura (...) dos antepassados, morrer. Cada vez que eu falo isso assim eu fico até emocionado. (...) Nós temos sido impedido de manter a cultura nesse território, que é nosso de muitos anos. (Wilson Omar da Silva, 56 anos – morador de São Roque)

Dessa longa trajetória política, nos orgulhamos por termos resistido com apoio do Decreto 4887/2003, do Programa Brasil Quilombola e da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Nos organizamos, a partir da criação de nossa associação, e o reconhecimento quilombola por parte da Fundação Cultura Palmares, no ano de 2004. Desde então, pudemos reconstruir nossa identidade e percebemos que nossa luta tem se tornado cada vez mais pública e justa.

Para isso, contamos com ajuda de diferentes parceiros, como é o caso do Movimento Negro Unificado (MNU), com proposta de trabalho ligada à Educação Quilombola. O MNU está presente em manifestações, seminários e audiências públicas sobre as restrições ambientais que prejudicam nosso sistema produtivo. Contamos também com apoio de uma pesquisa universitária que despertou e estimulou em nós a busca por direitos, notadamente direito à terra através da titulação expressa e prevista na Constituição de 1988.

No momento, fazemos pressão para que promessas políticas se tornem verdade, entre elas a possibilidade de se ter uma agente de saúde quilombola na comunidade e captação de projetos da prefeitura para São Roque. Depois de muitas reuniões e audiências públicas, corre ainda na justiça a questão da sobreposição do território quilombola e os parques ambientais com causa favorável para nós.

Durante todo este processo, dos últimos dez anos, ficamos satisfeitos com a produção do laudo antropológico – RTID/Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – realizado e finalizado pelo INCRA. Seguimos com o apoio do Ministério Público Federal que abriu processo contra o IBAMA com vistas a permitir a sobrevivência e vida digna das famílias quilombolas que ainda permanecem na comunidade e são descendentes dos primeiros habitantes de São Roque.



Salão Comunitário – Sede da Associação Comunitária de São Roque, 2011. Fonte: Jornalista do SINDSPREVS-SC. – Arquivo do MNU-SC

Palavra construída por: Paulo Aguiar – Presidente da Arq São Roque; Vilson Omar da Silva – Tesoureiro da Arq São Roque; Alfredo dos Santos e Dirceu Nunes - Conselho fiscal; Maria Rita dos Santos – Liderança da comunidade; Maria de Lourdes Mina – Coordenadora Estadual do MNU - SC. Data do encontro: 09 de Maio de 2016

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

F921qr Frizêro, Mariana Gonçalves
Quilombo São Roque / Mariana Gonçalves Frizêro. - Belo Horizonte :
FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico da comunidade remanescente de
Quilombo São Roque, elaborado por Cíndia Brustolin e Luana Teixeira, sob a
coordenação de Ricardo Cid Fernandes.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Brustolin, Cíntia. Relatório antropológico
da comunidade remanescente de Quilombo São Roque 4. Teixeira, Luana,
Relatório antropológico da comunidade remanescente de Quilombo São Roque.
I.Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura
Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão
Estratégica, Monitoramento e Avaliação
(CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica,
Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E AMBIENTAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS